



Ordem dos Advogados do Brasil
Seção do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Documentação e Pesquisa

Comissão Especial
de Estudo e Combate
ao Lawfare

OABRJ

Hipocrisia versus Cinismo: LAWFARE e geoeconomia em confronto

Salvio Kotter ¹

O lawfare, tácito, é a correnteza interna que derruba pontes; o ataque geoeconômico, explícito, é a represa externa que seca o rio.

RESUMO

O artigo examina como hipocrisia e cinismo operam como máscaras na política e nas relações internacionais. A hipocrisia se manifesta no lawfare, uso dissimulado do judiciário para fins políticos, exemplificado por Mani Pulite, Mensalão e Lava Jato, que misturaram combate à corrupção com interesses seletivos e exposição midiática. O cinismo explícito se revela na geoeconomia de Trump, com sanções e tarifas aplicadas de forma aberta, causando impactos econômicos e políticos duradouros. O estudo compara os efeitos: o lawfare permite contestação e debate democrático, enquanto a geoeconomia impõe força direta, sem reparação formal. Conclui-se que a hipocrisia institucionalizada é menos deletéria que o cinismo absoluto, oferecendo margem para resistência e correção de injustiças.

Palavras-chaves: LAWFARE, GEOECONOMIA, HIPROCRISIA, CINISMO, LAVA JATO

¹ Escritor, tradutor e editor da Kotter Editorial, que vem publicando grandes autores de livros de política de cunho progressista, e também livros de filosofia e de literatura.



Ordem dos Advogados do Brasil
Seção do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Documentação e Pesquisa

Comissão Especial
de Estudo e Combate
ao Lawfare

OABRJ

A DANÇA DAS MÁSCARAS:

Na arena da política contemporânea a hipocrisia e o cinismo coabitam como máscaras de uma mesma tragédia. Ambos se valem da duplicidade: o hipócrita simula virtude enquanto o cínico exhibe seu vício com desdém. O primeiro age de forma velada, sustentando a aparência de legalidade ou de respeito às normas sociais; o segundo assume a maldade como instrumento de dominação e não teme ser desvelado. No âmbito das relações entre estados e dentro das democracias, tais máscaras se materializam em instrumentos distintos: o *LAWFARE*, em que sorrateiramente o sistema judiciário é utilizado como arma política, e o ataque geoeconômico, em que sanções, tarifas e embargos se tornam armas declaradas. Este ensaio busca investigar as vantagens relativas da hipocrisia (*LAWFARE* dissimulado) em comparação com o cinismo explícito (ataque geoeconômico), analisando três casos emblemáticos de supostas investigações anticorrupção que se converteram em *LAWFARE* — Mani Pulite, o Mensalão e a Operação Lava Jato — e confrontando-os com a estratégia de sanções e tarifas do governo de Donald Trump.

CONCEITO DE *LAWFARE* E SUA DISSEMINAÇÃO:

A expressão “*LAWFARE*” surgiu no campo militar norte-americano como o uso do direito como arma de guerra. Nas últimas décadas, contudo, o termo passou a designar o abuso de instrumentos jurídicos e midiáticos para fins de perseguição política. Segundo o relatório da Progressive International, *LAWFARE* é a “implantação do poder judicial para perseguir adversários políticos”. Vollenweider e Romano definem a prática como “o abuso de instrumentos legais para a perseguição política, destruição de uma imagem pública e desqualificação de um adversário”. Ao transferir questões políticas para os tribunais, o *LAWFARE* despolutiza o debate e oblitera os interesses em jogo. Trata-se de



Ordem dos Advogados do Brasil
Seção do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Documentação e Pesquisa

Comissão Especial
de Estudo e Combate
ao Lawfare

OABRJ

uma estratégia de hipocrisia institucionalizada: sob o manto da legalidade, ocultam-se objetivos políticos e econômicos.

HIPOCRISIA NA PRÁTICA: MANI PULITE, MENSALÃO E LAVA JATO:

Mani Pulite: o terremoto italiano

A investigação Mani Pulite (“mãos limpas”) começou em fevereiro de 1992 como uma apuração de suborno em uma empresa de limpeza em Milão. Rapidamente, porém, o processo judicial se expandiu para uma investigação nacional de corrupção política que derrubou a Primeira República Italiana. Mais da metade dos membros do Parlamento italiano foi investigada e cerca de 400 conselhos municipais foram dissolvidos. Estimou-se que as propinas pagas por empresas italianas e estrangeiras por contratos públicos chegavam a US\$ 4 bilhões por ano. O escândalo levou à implosão de partidos tradicionais como a Democracia Cristã e o Partido Socialista, e grande parte da classe política foi substituída.

A operação nasceu de uma denúncia, mas rapidamente se transformou em espetáculo midiático. Enquanto centenas de figuras políticas eram expostas, juízes como Antonio Di Pietro assumiam o papel de heróis. A atmosfera inquisitorial permitiu que o judiciário passasse a legislar indiretamente sobre políticas públicas. Apesar das intenções de combater a corrupção, o procedimento se revelou em *LAWFARE*: juízes faziam vazamentos seletivos, políticos denunciados eram condenados na mídia antes do julgamento e o processo provocou uma verdadeira ruptura institucional. Muitos analistas apontam que a exposição humilhante levou alguns empresários e políticos ao suicídio. A hipocrisia estava na premissa de que se tratava apenas de aplicar a lei; contudo, a investigação tornou-se um instrumento de reconfiguração do sistema partidário.



Ordem dos Advogados do Brasil
Seção do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Documentação e Pesquisa

Comissão Especial
de Estudo e Combate
ao Lawfare

OABRJ

MENSALÃO: O JULGAMENTO MUDIÁTICO

O escândalo do Mensalão explodiu no Brasil em 2005. Revelações de Roberto Jefferson sugeriram que diretores de bancos e operadores de publicidade movimentavam milhões de reais em troca de apoio parlamentar ao governo. A principal prova era um esquema de “mesadas” a deputados federais. Em 2012 o Supremo Tribunal Federal condenou o ex-ministro chefe da Casa Civil José Dirceu, o presidente do Partido dos Trabalhadores (PT) José Genuíno e o tesoureiro Delúbio Soares e Henrique Pizzolato por supostamente desviar fundos públicos para comprar votos no Congresso. No total, duas dúzias de pessoas — incluindo dez parlamentares — foram condenadas por corrupção ou lavagem de dinheiro. O então presidente Luiz Inácio Lula da Silva não foi indiciado; ele foi reeleito em 2006 graças ao bom desempenho da economia, que havia retirado milhões de brasileiros da pobreza.

O Mensalão se tornou uma espécie de “tribunal do século”. A cobertura televisiva diária do julgamento transformou ministros do Supremo em celebridades e criou uma atmosfera de linchamento. Advogados argumentaram que as penas foram desproporcionais e baseadas em provas frágeis; o próprio relator Joaquim Barbosa admitiu em votos que muitos indícios eram “por presunção”. Nesse ambiente, a narrativa de “limpeza ética” encobriu objetivos políticos: enfraquecer o PT e minar a coalizão de centro-esquerda. Embora tenha havido crimes, Mensalão não houve, o dinheiro apontado era lícito e privado e a seletividade do processo mais evidenciou o *LAWFARE*: promotores dirigiram a investigação quase exclusivamente contra o partido governista, enquanto práticas semelhantes em outros partidos foram relativizadas. As pressões externas que existiram jamais emergiram ou foram alvo de holofotes.



Ordem dos Advogados do Brasil
Seção do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Documentação e Pesquisa

Comissão Especial
de Estudo e Combate
ao Lawfare

OABRJ

LAVA JATO: SOB O MANTO DA LUTA CONTRA A CORRUPÇÃO: O ASSALTO À POLÍTICA

A Operação Lava Jato, iniciada em março de 2014 supostamente a partir da investigação de um pequeno posto de combustível em Brasília, revelou-se uma empreitada muito maior. Digo supostamente por que, hoje sabe-se, toda a investigação e preparação da Lava Jato, bem como seu gerenciamento, se deu por parte de instituições estrangeiras, notadamente a CIA e o DOJ. Com dados adredemente preparados, a apuração logo identificou um esquema de lavagem de dinheiro que financiava partidos e enriquecia alguns executivos de estatais. As investigações apontaram que diretores da Petrobras negociavam contratos com empreiteiras para receber propinas. O esquema envolvia gigantes como Odebrecht, OAS e Andrade Gutierrez, que formavam um cartel para dividir obras públicas. Falava-se que 25 bilhões de reais viriam a ser recuperados em multas e restituições; ex-presidentes como Collor, Temer e Lula foram implicados. O que não se fala é que 170 bilhões em investimentos foram perdidos, 50 bilhões em arrecadação, e um rastro de devastação derrubou a flor da nossa indústria, o petróleo de nosso pré-sal foi passado a companhias estrangeiras com isenção de mais de um trilhão de isenção de impostos, nosso programa nuclear foi detonado, nossos estaleiros foram desmontados, nossa Universidade e com ela nossa pesquisa foi liquidada, além de outros males que atenderam os interesses dos autores da Lava Jato, os Yankees.

A Lava Jato produziu verdadeiras cenas cinematográficas: executivos de grandes empresas eram algemados, empreiteiros dormiam em celas superlotadas e juízes se tornavam estrelas de TV. Contudo, vazamentos posteriores revelados pelo Intercept Brasil mostraram que o juiz Sérgio Moro orientava procuradores e sugeria estratégias de acusação — uma violação da imparcialidade. O Supremo Tribunal Federal anulou provas baseadas em acordos com a Odebrecht e declarou que a prisão de Lula foi uma “armação”. O próprio STF classificou métodos da Lava Jato como desonrosos e



Ordem dos Advogados do Brasil
Seção do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Documentação e Pesquisa

Comissão Especial
de Estudo e Combate
ao Lawfare

OABRJ

chamou os procuradores de “quadrilha”. Em 2021, sob um governo notadamente corrupto e, portanto, incomodado com ela, a força-tarefa foi desmobilizada. O fato é que a operação confundiu combate à corrupção com perseguição política — um claro exemplo de *LAWFARE*.

CINISMO EXPLÍCITO: GEOECONOMIA TRUMPISTA

Se o *LAWFARE* se constrói na hipocrisia de invocar a lei para fins políticos (enquanto domina as mentes por meio da mídia), o ataque geoeconômico é a face cínica do poder. O governo de Donald Trump elevou a guerra econômica a pilar de política externa. Desde 2017, a Casa Branca intensificou sanções e tarifas contra países e empresas. Reportagem do The Guardian relata que Trump impôs sanções a 944 entidades estrangeiras em 2017, um recorde que no ano seguinte superaria mil. O Departamento do Tesouro administrava 28 programas de sanções ativos, atingindo nações da Bielorrússia à Venezuela. Tarifas e embargos foram aplicados sem negociações prévias, de maneira súbita: a Turquia teve sua moeda desvalorizada depois que Trump anunciou tarifas, levando o presidente Erdoğan a classificar a medida como “uma facada nas costas”. O mesmo texto observa que o magnata lança “sanções e tarifas como mísseis” e usa a pressão econômica como arma de chantagem

A estratégia trumpista explicitava interesses: pressionar adversários (Irã, China, Rússia) ou aliados (Canadá, Alemanha) para extrair concessões comerciais ou políticas. Ao abandonar o acordo nuclear com o Irã, Trump reinstalou sanções severas e ameaçou embargar as exportações de petróleo iranianas. Para a China, impôs tarifas de 25 % sobre US\$ 34 bilhões em importações, com planos de ampliar para US\$ 16 bilhões. O objetivo declarado era proteger a indústria norte-americana e conter competidores tecnológicos. O método era cínico porque não buscava disfarce: tratava-se de usar o mercado e a moeda como armas declaradas, sem a pretensão de ser “justo”.



Ordem dos Advogados do Brasil
Seção do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Documentação e Pesquisa

Comissão Especial
de Estudo e Combate
ao Lawfare

OABRJ

Esse tipo de geoeconomia agride não apenas governos, mas toda a população. Economistas apontam que sanções raramente atingem elites e acabam por punir os mais vulneráveis. No Irã, as medidas levaram ao colapso da moeda e a aumentos nos preços de alimentos básicos. No caso turco, a lira despencou, gerando inflação e instabilidade. A guerra tarifária com a China provocou retaliações que prejudicaram agricultores norte-americanos; pesquisas indicaram queda na confiança global na liderança dos EUA. Diferentemente do *LAWFARE*, que se apresenta como combate a crimes, o ataque geoeconômico não oferece qualquer recurso formal de contestação; é imposição de força nua e crua.

GEOECONOMIA: ARMAS DO COMÉRCIO E INTERDEPENDÊNCIA

Embora a estratégia de Trump tenha popularizado o termo “guerra comercial”, o recurso à economia como instrumento de poder não é novo. A literatura de geoeconomia explica que estados podem alavancar poder econômico, redes financeiras e cadeias de suprimentos para promover interesses nacionais e moldar a ordem global. Em vez de tanques ou mísseis, a disputa se dá com tarifas, subsídios, normas técnicas e crédito. A geoeconomia emerge como complemento à geopolítica: enquanto esta se preocupa com territórios, aquela enfoca fluxos de bens, capitais e informações.

Edward Luttwak, um dos pioneiros do conceito, comparou instrumentos geoeconômicos a armas de guerra. Segundo a Enciclopédia de Geoeconomia, estados impõem impostos e cotas sobre produtos estrangeiros, criam barreiras regulatórias, oferecem financiamento subsidiado à exportação e investem em programas nacionais de tecnologia. Ele observa que pesquisa e desenvolvimento patrocinados pelo Estado são a mais importante dessas armas, pois a conquista de mercados se dá por superioridade tecnológica. Como na artilharia, o objetivo é conquistar indústrias do futuro antes dos rivais. Outro artefato citado é a finança predatória: se subsídios não bastam para derrubar competidores, governos fornecem empréstimos a taxas abaixo do mercado, como faz o Export-Import Bank dos EUA, para ajudar empresas domésticas a vencer licitações. Tais



Ordem dos Advogados do Brasil
Seção do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Documentação e Pesquisa

Comissão Especial
de Estudo e Combate
ao Lawfare

OABRJ

práticas são frequentemente proibidas em acordos internacionais, mas, como anota Luttwak, “os grandes estados prometem não usar essas táticas e frequentemente quebram a promessa”.

Além das armas convencionais, a geoeconomia contemporânea explora a própria estrutura das redes globais. Os pesquisadores Henry Farrell e Abraham Newman argumentam que as redes de interdependência econômica permitem que países centrais exerçam poder coercitivo. Eles introduzem os conceitos de efeito panóptico, pelo qual atores centrais monitoram transações de outros graças a sua posição nos circuitos financeiros, e efeito gargalo, pelo qual podem bloquear ou penalizar o acesso de rivais a nós críticos como sistemas de pagamento e plataformas de internet. Essa “interdependência armada” explica por que os EUA, controlando o sistema SWIFT e a emissão do dólar, conseguem impor sanções unilaterais de alcance planetário. A centralidade de Wall Street, do Vale do Silício e de Hollywood fornece ao governo norte-americano poder de vigilância e interrupção.

Visto por essa lente, o programa de sanções de Trump não é um capricho isolado, mas uma forma explícita de “weaponizar” interdependências, ou seja, de transformar as conexões econômicas globais em instrumentos de pressão política. Ao sancionar bancos chineses, as autoridades norte-americanas exploraram seu controle sobre canais de pagamento internacionais; ao proibir o fornecimento de chips à Huawei, usaram sua influência sobre cadeias de suprimentos de semicondutores. Entretanto, essa tática revela fraquezas. Quando a coerção se torna ostensiva, os alvos buscam alternativas: Rússia e China desenvolveram sistemas de pagamento alternativos para reduzir a exposição ao dólar, e países do Golfo investem em infraestruturas de energia e transporte para garantir “soberania geoeconômica”. Assim, a geoeconomia cínica de Trump pode acelerar a fragmentação da globalização e diminuir o poder futuro dos EUA.



Ordem dos Advogados do Brasil
Seção do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Documentação e Pesquisa

Comissão Especial
de Estudo e Combate
ao Lawfare

OABRJ

COMPARAÇÃO ENTRE HIPOCRISIA E CINISMO

Grau de dano e possibilidade de reparação

As operações judiciais analisadas foram devastadoras para os alvos imediatos, mas, em certo sentido, elas preservavam uma via de redenção. Por atuarem sob o verniz da legalidade, produziam brechas para contestação. No Mensalão, réus tiveram direito a ampla defesa e alguns foram absolvidos; dirigentes condenados puderam cumprir penas alternativas e voltar à vida civil. Na Lava Jato, a revelação das irregularidades processuais permitiu que decisões fossem anuladas, restaurando direitos políticos de Lula e de outros acusados. Até mesmo em Mani Pulite, alguns processos foram revisados, e figuras como Bettino Craxi continuaram a ser discutidas de forma crítica.

O ataque geoeconômico, ao contrário, não cria espaço institucional para contestação. Sanções e tarifas são medidas unilaterais adotadas por potências que controlam moedas de reserva e redes financeiras. Os países atingidos não têm tribunal global onde recorrer; resta-lhes negociar ou sofrer. A humilhação pública é intencional: Trump alardeava suas medidas em redes sociais, ostentando o sofrimento imposto aos adversários. Ao retirar o disfarce, a agressão se torna mais violenta e menos reversível — mesmo se as sanções forem suspensas, os efeitos econômicos persistem e a desconfiança não se dissipa.

IMPACTO SIMBÓLICO E SOCIAL

A hipocrisia do *LAWFARE*, embora corrosiva, mantém alguma deferência ao imaginário jurídico. A existência de processos, juízes, audiências e sentenças cria uma narrativa de civilidade. Isso permite que a sociedade debata e, eventualmente, revise excessos. Além disso, ao submeter políticos a procedimentos legais, o *LAWFARE* sinaliza



Ordem dos Advogados do Brasil
Seção do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Documentação e Pesquisa

Comissão Especial
de Estudo e Combate
ao Lawfare

OABRJ

que ninguém está acima da lei — mesmo que o instrumento seja manipulado. Essa ambiguidade gera cinismo, mas também reforça a ideia de que o poder deve explicar-se.

O ataque geoeconômico se baseia no poder bruto e em uma visão mercantilista de relações internacionais. A mensagem é clara: a força faz direito. Tal postura fortalece o ressentimento e legitima estratégias de retaliação. Países punidos podem recorrer a alianças alternativas, buscando equilibrar o jogo. A China e a Rússia, por exemplo, aceleraram iniciativas para diminuir a dependência do dólar após as sanções norte-americanas, investindo em sistemas de pagamento próprios e acordos em moedas locais. O cinismo explícito incentiva o reagrupamento dos alvos contra o agressor.

EFEITOS NA CULTURA POLÍTICA

O *LAWFARE* impacta negativamente a confiança na justiça e na política. Quando processos judiciais são usados para afastar governantes populares, os eleitores passam a ver tribunais como instrumentos partidários. A Lava Jato, ao prender Lula e impedir sua candidatura em 2018, abriu espaço para a ascensão de Jair Bolsonaro, um outsider conservador. Anos depois, o STF reconheceu que a condenação fora irregular, mas a manobra já havia redefinido o cenário político. Em Mani Pulite, a destruição dos partidos tradicionais abriu caminho para o populismo midiático de Silvio Berlusconi. Assim, a hipocrisia do *LAWFARE* mina a legitimidade das instituições democráticas, alimentando um nihilismo que pode ser explorado por demagogos.

O cinismo da geoeconomia trumpista reforça uma cultura política de conflito permanente. O governo norte-americano tratou parceiros como inimigos, instrumentalizando relações comerciais em busca de vitórias de curto prazo. Essa lógica contamina discursos internos: adversários políticos são vistos como obstáculos a serem esmagados, não como interlocutores a serem convencidos. A exportação desse modelo



Ordem dos Advogados do Brasil
Seção do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Documentação e Pesquisa

Comissão Especial
de Estudo e Combate
ao Lawfare

OABRJ

incentiva outros líderes a adotarem práticas semelhantes, erodindo normas multilaterais construídas ao longo de décadas.

REFLEXÕES FINAIS

Hipocrisia e cinismo são facetas da mesma moeda, mas seus efeitos diferem. O *LAWFARE*, em sua face hipócrita, enverga a toga para travar batalhas políticas. Seus promotores mascaram intenções ideológicas com discursos de moralidade, e isso lhes confere certa legitimidade na opinião pública. Ainda assim, o excesso de espetáculo judicial e a seletividade das investigações corroem a confiança social e geram descrença. A longo prazo, porém, processos podem ser revisados e injustiças corrigidas; o debate jurídico oferece espaço para a retomada das narrativas democráticas.

O ataque geoeconômico de Trump dispensa a máscara. Ao usar sanções e tarifas como mísseis, o governo norte-americano adotou uma postura abertamente cínica, infligindo dor econômica sem mediação. É uma estratégia poderosa, mas também arriscada: ao humilhar adversários e aliados, alimenta ressentimento e incentiva retaliações que enfraquecem a hegemonia americana. Não há instância externa para revisar essas agressões; as cicatrizes permanecem e dificultam reconciliações futuras.

No confronto entre hipocrisia e cinismo, a hipocrisia parece menos deletéria. A dissimulação cria uma margem para a crítica, para a resistência e até para a redenção. O cinismo absoluto fecha portas, solidifica antagonismos e naturaliza a violência. A história de Mani Pulite, do Mensalão e da Lava Jato mostra que o *LAWFARE* deixou rastros de destruição, mas também criou um debate sobre o papel do judiciário e permitiu correções. Já a geoeconomia trumpista demonstrou que o uso declarado da força econômica pode gerar efeitos colaterais indesejados e minar o próprio império que a exerce. Em tempos de polarização, talvez seja preferível — paradoxalmente — a moderação da hipocrisia à brutalidade do cinismo.